ISBN: 978-85-7846-440-0

EFEITOS DOS FATORES POLÍTICOS SOBRE OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NOS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES MUNICÍPIOS PARANAENSES

Liliane Heuert[1]

Willson Gerigk[2]

Resumo: A pesquisa objetivou determinar quais fatores políticos exerceram influência sobre os investimentos públicos nos municípios paranaenses com população superior a 20 mil habitantes. A abordagem é quantitativa, com emprego de dados em painel. A amostra constitui-se pelos municípios que disponibilizaram seus dados à FINBRA, entre 2002 a 2012, totalizando 858 observações. Os resultados indicaram a ocorrência de ciclos políticos orçamentários sobre os investimentos, especialmente, nas eleições municipais. A coligação indireta com o governo estadual foi a forma de vínculo político que mais contribuiu com os investimentos. A ideologia e a competição política registraram baixo impacto sobre os investimentos públicos.

Palavras-Chaves: Municípios, Investimentos públicos, Fatores políticos.

[1] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Centro-Oeste, *Campus* Universitário de Irati, e-mail:lilianehrt@hotmail.com.

[2] Doutor em Políticas Públicas, Professor do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Centro-Oeste, *Campus* de Irati, e-mail: wgerigk@unicentro.br.

ISBN: 978-85-7846-440-0

1. INTRODUÇÃO

Os investimentos públicos são gastos realizados pelos entes públicos que visam aprimorar a prestação de serviços públicos e/ou ações que contribuam para melhorar as condições de vida da população. São altamente visíveis à população e, por isso, motivam os gestores públicos, de todas as esferas de governo, a direcionar recursos para essa forma de gasto público.

Tal motivação, em relação aos investimentos públicos, em especial sob a forma de obras públicas, ocorre devido às suas características quanto à universalidade da utilização, a maior adaptabilidade ao calendário eleitoral, as diferentes fontes de custeio e por estarem mais sujeitas a arbitrariedade do gestor, em razão de seu caráter mais particularista. Investir na promoção de benefícios coletivos, como obras públicas, tem sido historicamente uma forma de acúmulo de prestígio político. As obras públicas estão associadas, portanto, a reputação do político e a uma concepção específica sobre a política (BEZERRA, 2001).

A retomada da democracia ao cenário político-administrativo brasileiro e as novas especificações e relações quanto à provisão das políticas públicas e entre os níveis de governo propiciaram uma revitalização da política brasileira em todas as esferas de governo, aumentando as expectativas de que as variáveis políticas exerçam efeitos diretos sobre a execução dos gastos públicos (SÁTYRO, 2008).

Nesse contexto, a pesquisa orientou-se pela seguinte questão: Que fatores políticos impactaram os gastos com investimentos públicos nos pequenos municípios paranaenses com mais de 20 mil habitantes?

Objetiva-se avaliar os efeitos do: (i) ciclo político orçamentário, (ii) ideologia partidária, (iii) alinhamento político entre os municípios e os níveis superiores de governo e (iv) competição política sobre os investimentos públicos realizados pelos municípios paranaenses com população acima de 20 mil habitantes, no período de 2002 a 2012.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Investimentos Públicos

Os investimentos públicos possuem a função de gerar o bem-estar da população, por meio da melhoria do ambiente e outros aspectos que não são facilmente captados pelos dados econômicos (Bröcker; Rietveld, 2009). A principal finalidade dos investimentos públicos, no que se refere a infraestrutura econômica e social, é a de contribuir com o desenvolvimento econômico, do capital humano e na qualidade de vida da população. Os investimentos públicos são uma das

ISBN: 978-85-7846-440-0

principais tarefas do governo (BANCO MUNDIAL, 2009).

Os investimentos públicos são aplicações de recursos que resultam na obtenção de novos bens de capital por parte das entidades públicas e decorrem da realização de obras e/ou aquisição de materiais ou equipamentos permanentes novos (ANDRADE, 2007; KOHAMA, 2016).

Os investimentos públicos visam à expansão e/ou a melhoria na forma de realizar os serviços públicos à população, mediante a realização de obras (construção de escolas, unidades de saúde, obras viárias etc.) ou pela aquisição de equipamentos e materiais permanentes (máquinas, veículos, equipamentos) (ANDRADE, 2007; KOHAMA, 2016).

2.2 Ciclo político orçamentário

A Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários surgiu do estudo dos Ciclos Políticos Econômicos, na década de 1970, que analisa como a economia é influenciada pelas políticas governamentais. A evolução da Teoria dos Ciclos Políticos deu origem aos Modelos Clássicos e aos Modelos Racionais, em que os governantes manipulam as políticas fiscais orçamentárias para elevarem sua popularidade.

Sakurai (2007) define os ciclos políticos como sendo a "[...] sensibilidade das variáveis econômicas perante fatores de ordem política, ou seja, fatores associados ao ambiente político influenciando o comportamento da economia."

Araújo e Filho (2010) afirmam que os governos esperam o período pré-eleitoral para avaliarem o seu nível de competência. Neste momento, os governos dão choques de competência, aplicando políticas que interfiram diretamente nos resultados das eleições. Desta forma, o choque é visto como positivo, pois aumenta a possibilidade de sucesso do político.

Meneguin e Bugarin (2001) analisaram as influências das expectativas de reeleição sobre as despesas em ano eleitoral. Afirmam que a possibilidade de êxito eleitoral a aumenta na medida em que os gastos de custeio se reduzem e os de investimentos públicos se elevam, ou seja, os eleitores valorizam, em especial, governantes que investem em obras.

2.3 Ideologia Política

A origem do termo da ideologia das legendas partidárias, dividindo-as inicialmente entre direita e esquerda, é da Revolução Francesa no final do século XVIII, pelo fato de que à direita do rei estava posicionada a nobreza e à esquerda a burguesia e aos camponeses, que eram contrários aos sistemas aristocráticos e

ISBN: 978-85-7846-440-0

monárquicos e defendiam a implantação da democracia por meio de uma mudança radical na sociedade (SOUZA; CAVALCANTE, 2012).

Em pesquisa sobre os partidos brasileiros Tarouco e Madeira (2009), identificaram que em vários países nos últimos dois séculos, esquerda e direita são categorias constantemente e utilizadas como referência para mapear espacialmente a posição de diferentes partidos políticos de um mesmo sistema partidário. Ao longo deste período esse conceito passou por algumas mudanças, a principal diferença entre direita e esquerda passa a ser associada com a distinção entre liberalismo e conservadorismo. Com a expansão do movimento proletariado a esquerda passa a ser defensora desta classe, com a socialdemocracia do final do século XIX e a revolução russa de 1917, a direita passa a ser defensora do capitalismo. Com a teoria Keynesiana na década de 1930 o surgimento do estado de bem-estar social, o governo passou a ser responsável por oferecer serviços sociais a população, reforçaram a oposição entre a liberdade de mercado e o Estado interventor, movendo o liberalismo para a direita (TAROUCO; MADEIRA, 2009).

Arvate, Avelino e Lucinda (2008) utilizaram e sua pesquisa a subdivisão partidária em esquerda, centro e direita. Relacionada a gestão fiscal, afirmam que um governo de esquerda teria mais déficit e gastos predominantemente voltados para o social, ao passo que governos de direita tenderiam ao oposto. Em termos econômicos e de políticas públicas relacionadas às ideologias partidárias, Gonçalves (2015) afirma que partidos com ideologia de direita, tendem a reduzir o tamanho do estado e direcionar recursos para áreas que favorecessem o desenvolvimento econômico da região via iniciativa privada, como investimentos em infraestrutura de transportes, desenvolvimento tecnológico e industrial. Dessa forma, a iniciativa privada provocaria o desenvolvimento econômico e o Estado atuaria para corrigir possíveis desvios.

2.4 Alinhamento Político

Segundo Porto (2000), a legislação brasileira define a coligação partidária como: às alianças eleitorais entre partidos, que visam alcançar, assim, o maior número de postos em uma eleição proporcional ou o melhor resultado em um escrutínio majoritário. Para Schmitt (2005) os alinhamentos político, segundo a literatura referem-se à associação eleitoral entre diferentes listas partidárias ora como alianças ora como coligações.

Ferreira e Bugarin (2007) em estudo sobre as transferências intergovernamentais no Brasil relatam que estas são significantemente

ISBN: 978-85-7846-440-0

influenciadas por motivações político partidárias, encontrando correspondências positivas entre o alinhamento político dos prefeitos com as coligações que elegeram os governadores, o presidente da República e as transferências voluntárias recebidas. Destacam, quanto à escolha de seus governantes que os eleitores podem decidir racionalmente não reeleger um Prefeito administrativamente competente, mas alinhados politicamente aos governos estadual e federal, isso ocorre devido ao entendimento para os eleitores é que um possível aumento de transferências que o candidato receberá, caso seja eleito, compensará sua deficiência administrativa.

O estudo de Vieira e Arvate (2008) confirmou que as transferências voluntárias de recursos, entre as diferentes esferas de governo, tem influência do viés partidário, os eleitores podem escolher candidatos incapazes, porém ligados aos governos das demais esferas, visando o recebimento de maior volume de recursos, por meio das transferências voluntárias.

2.5 Competição Política

A competição política eleitoral está relacionada ao grau de disputa pelos votos dos eleitores entre os diferentes concorrentes, sejam candidatos ou partidos. Uma eleição será mais competitiva se houver número maior de candidatos do que o número de cadeiras em disputa (CARAMANI, 2003). Para Conceição (2015) a competição eleitoral corresponde ao número de candidatos efetivos concorrendo em cada pleito, para a mensuração deste índice utiliza-se o número de candidatos efetivos, que é índice que constitui o número efetivo de candidaturas que tem peso em uma disputa eleitoral.

Segundo Sátyro (2008) em cenários com maior nível de competição eleitoral os governantes promovem mais as políticas sociais, ou seja, os governos tendem a prover mais políticas sociais em cenários com altos níveis de competição política. Por outro lado, para Borges (2010) em sistemas políticos caracterizados por um alto grau de competitividade eleitoral e fragmentação partidária é menor a probabilidade de que sejam efetivadas políticas que resultem em bens públicos.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A abordagem da pesquisa é quantitativa. As análises foram feitas por meio da técnica de análise de dados em painel (efeitos fixos), tendo o montante de gastos orçamentários em investimentos públicos, realizados pelos municípios pesquisados, como variável explicada.

As análises foram feitas com o conjunto de todos os municípios e, também,

ISBN: 978-85-7846-440-0

por faixas populacionais: pequenos (de 20 a 50 mil habitantes), médios (de 50 a 100 mil habitantes) e grandes (acima de 100 mil habitantes). As variáveis explicativas foram segmentadas nos seguintes fatores:

i) Ciclo político orçamentário: anos de eleições municipais e estaduais/federias, espera-se relação positiva com os investimentos públicos;

ii) Ideologia política: de centro e de direita (a de esquerda foi usada como referência nas análises), aguarda-se relação negativa com os gastos;

iii) Alinhamento político entre os governos: relação partidária (mesmo partido prefeito e o presidente/governador), coligação direta (quando o partido do presidente e/ou do governador compôs a coligação do prefeito) e coligação indireta (quando pelo menos um dos partidos da coligação do presidente e/ou do governador esteve na coligação do prefeito, exceto o partido destes), a relação esperada é positiva;

iv) Competição eleitoral: a) relação negativa: número efetivo de partidos (NEP) para o Executivo municipal, número efetivo de partidos (NEP) para o Legislativo municipal e a proporção de candidatos por vagas para o Legislativo; b) relação positiva: percentual de votos do prefeito eleito e composição da Câmara municipal em relação ao Executivo municipal (maioria das cadeiras);

v) Variáveis de controle (socioeconômicas): população total (em logaritmo natural), população jovem - % (quantidade de pessoas com menos de 15 anos), população idosa - % (quantidade de pessoas com mais de 60), grau de endividamento per capita, receita total per capita e o PIB per capita. O que se espera são relações positivas com os investimentos públicos locais.

A variável explicada e as independentes formadas por valores monetários foram deflacionadas, pelo IPCA/IBGE para dezembro/2001, e transformadas em valores *per capita*. As variáveis explicativas que indicam os anos eleitorais, as ideologias partidárias; os alinhamentos políticos, diretos e indiretos, entre os governos locais e os entes públicos superiores (estados e União) e a indicativa da maioria na Câmara Municipal, são evidenciadas por meio de variáveis *dummies*. As demais variáveis explicativas são tratadas como discretas.

O universo da pesquisa foram os municípios paranaenses com população acima de 20 mil habitantes. A amostra da pesquisa foi constituída pelos municípios que disponibilizaram seus dados orçamentários junto à base MF/STN/FINBRA, entre 2002 e 2012 e totalizaram 858 observações, conforme apresentada no Quadro 1.

Quadro 1- Amostra analisada na pesquisa – 2002 a 2012.

ISBN: 978-85-7846-440-0

Amostra	Todos Acima 20 mil habitantes	Pequenos Entre 20 e 50 mil habitantes	Médios Entre 50 e 100 mil habitantes	Grandes Acima de 100 mil habitantes
Observações	858	539	170	149

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os demais dados necessários à pesquisa foram coletados do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Atlas de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (PNUD) e da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

Devido à alta correlação com o NEP Executivo a variável percentual de votos do prefeito eleito foi retirada das análises. A normalidade dos dados é assumida pela Teoria do Limite Central. A inspeção gráfica dos resíduos padronizados *versus* os valores previstos indicou ausência de hoterocedasticidade. Para testar a ausência de multicolinearidade, foi utilizada a estatística VIF (*Variance Inflation Factor*), os resultados evidenciaram a ausência de multicolinearidade, visto que o VIF, de todas as variáveis independentes, ficou abaixo de 10 (dez).

Os resultados das análises de dados em painel constam da Tabela 1. A tabela contêm as variáveis explicativas, seguidas de seus coeficientes, a significância e a estatística *t* das variáveis. Apresenta-se também o número de observações, os coeficientes de determinação dos modelos (R2) e as estatísticas dos testes de Chow e de Hausman.

Os períodos de eleições municipais influenciaram positivamente os investimentos públicos nos municípios paranaenses com mais de 20 mil habitantes, o aumento médio foi de R$ 47,35 *per capita* quando comparados com os anos sem eleições locais. Os pequenos registram crescimento de R$ 50,02 *per capita*, os médios R$ 55,98 e os grandes R$ 29,63. As eleições nacionais impactaram somente o conjunto total dos municípios analisados, com aumento de R$ 11,07 *per capita*.

A ideologia política não foi um fator de diferenciação quanto à aplicação de recursos em investimentos públicos, devido baixa significância estatística das variáveis explicativas. Apenas para os grandes municipais paranaenses, indicando que os de direita aplicaram mais recursos em investimentos que os de esquerda.

Quanto às formas de alinhamento político, entre os municípios paranaenses e o governo federal, somente a relação partidária mostrou-se relevante. Com isso, quando esse alinhamento político existiu houve aumento dos investimentos locais R$ 18,95 por habitante no conjunto total e de R$ 24,66 nos pequenos, em comparação com os municípios em que essa forma de alinhamento político não se

ISBN: 978-85-7846-440-0

concretizou.

Tabela 1 – Determinantes dos gastos com investimentos públicos nos pequenos, médios e grandes municípios paranaenses – efeitos fixos – 2002 a 2012

Variáveis Explicativas	Municípios Paranaenses acima de 20 mil habitantes			
	Gastos com Investimentos Públicos - *Per Capita*			
	Todos	**Pequenos**	**Médios**	**Grandes**
	Acima 20 mil habitantes	Entre 20 e 50 mil habitantes	Entre 50 e 100 mil habitantes	Acima de 100 mil habitantes
Eleições Municipais	47,35**	50,02**	55,98**	29,63**
	10,79	9,19	5,43	2,80
Eleições Estaduais/Federais	11,07*	12,12	9,52	10,25
	2,10	1,82	0,74	0,85
Ideologia de Centro	5,82	-2,28	13,81	7,72
	1,29	-0,39	1,18	0,65
Ideologia de Direita	7,16	0,44	14,49	27,87*
	1,30	0,07	0,91	1,99
Relação Partidária Presidente	18,95*	24,66*	6,00	9,53
	2,47	2,46	0,32	0,49
Coligação Direta Presidente	0,82	9,44	-0,18	-20,05
	0,16	1,56	-0,01	-1,45
Coligação Indireta Presidente	1,34	0,14	-2,42	2,09
	0,28	0,02	-0,21	0,17
Relação Partidária Governador	1,95	0,82	0,47	19,72
	0,37	0,12	0,04	1,17
Coligação Direta Governador	-1,63	-5,23	-0,36	-3,68
	-0,40	-1,03	-0,03	-0,35
Coligação Indireta Governador	23,71**	24,11**	26,18*	16,59
	4,96	3,92	2,31	1,48
NEP Executivo	-8,73*	-9,34	-19,30	-5,65
	-2,06	-1,56	-1,65	-0,67
NEP Legislativo	0,88	-1,73	2,23	12,54**
	0,51	-0,76	0,39	2,96
Composição Câmara (Maioria Prefeito)	-0,87	-2,45	-16,17	34,99*
	-0,18	-0,43	-1,04	2,58
Proporção Candidato/Vaga Legislativo	-0,14	1,95	-1,66	-0,83
	-0,34	1,52	-0,78	-1,34
População Total (Log. Natural)	-191,26**	-414,01**	0,83	189,90
	-2,81	-4,77	0,00	0,86
População Jovem (%)	-8,96**	-12,02**	-3,71	-2,22
	-4,30	-4,99	-0,44	-0,29
População Idosa (%)	1,71*	0,44	1,90	2,88
	2,03	0,40	0,93	1,62
Endividamento Municipal - *per capita*	0,01	0,00	0,00	0,01
	1,61	0,61	-0,02	1,30
Receita Total Municipal - *per capita*	0,04**	0,04**	0,03*	0,03
	4,99	3,73	2,18	1,52
PIB municipal *per capita*	0,003**	0,003*	0,005*	0,00
	2,98	2,17	2,04	1,68
Constante	2297,97	4595,861	95,84	-2413,58
	2,95	4,87	0,03	-0,83
Nº Observações	858	539	170	149
R^2	0,4710	0,5085	0,4948	0,5607
Estatística F	33,17	23,64	6,41	7,31
Prob > F	0,000	0,000	0,000	0,000
Teste de Chow	3,24	2,13	3,35	5,21
Prob > F	0,000	0,000	0,000	0,000
Teste de Hausman	34,06	36,80	43,88	39,22
Prob > Chi2	0,008	0,003	0,000	0,001

Significância: 1%**; 5%*.
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em relação às associações políticas com o governo do estado, as estimações revelaram que, quando o alinhamento deu-se por meio de coligações indiretas ocorreu aumento de R$ 23,71 *per capita* sobre os investimentos do conjunto total de municípios, de R$ 24,11 nos pequenos e de R$ 26,18 por habitante nos médios. Não influenciando os investimentos públicos dos grandes municípios.

A competição política mostrou-se significante para a totalidade dos municípios em relação ao NEP do Executivo; o sinal negativo, como o esperado, indica que para cada ponto de aumento de NEP houve retração média de R$ 8,73 *per capita* sobre os investimentos municipais. Nos grandes municípios o NEP do Legislativo (diferente do esperado) e a composição Câmara de Vereadores

ISBN: 978-85-7846-440-0

(maioria Prefeito) contribuíram para aumentar os gastos com investimentos em torno de R$ 12,54 e R$ 34,99 *per capita*, respectivamente. Nos demais casos as variáveis representativas da competição política não registraram significância estatística.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicaram que o ciclo político orçamentário é um fator político influente sobre os investimentos públicos nos municípios paranaenses com população acima de 20 mil habitantes. Ainda, que os gestores dos paranaenses tendem a aplicar mais recursos em gastos com investimentos quando as eleições são locais.

A baixa relevância estatística da ideologia política evidenciou que não é possível afirmar que os governantes paranaenses estudados, alinhados à esquerda do espectro ideológico partidário diferenciam-se dos vinculados ao centro e à direita, quanto à aplicação de recursos em investimentos municipais.

Quanto aos impactos dos alinhamentos políticos dos governos locais como os entes públicos superiores, os resultados das análises evidenciaram baixa influência das formas de relacionamento político. A coligação indireta com o governo do estado foi a forma que apresentou mais influência sobre os investimentos públicos municipais e contribuiu para o seu aumento.

As variáveis da competição política não se mostraram influentes para com os gastos em investimentos públicos, devido à baixa significância estatística das variáveis empregadas na pesquisa. No âmbito do Executivo municipal evidenciou-se que os investimentos diminuíram quando a disputa entre os partidos cresceu naquele poder local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. de. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, J. M.; FILHO, P. A. M. L. Ciclos político-econômicos: uma análise do comportamento dos gastos públicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008. ***Anais* ...** XXXVIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 38., Salvador, 2010. Disponível em < http://www.anpec.org.br/encontro_2010.htm# TRABALHOS>. Acesso em: 08 ago. 2016.

ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; LUCINDA, C. R.. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.38, n.4, pp. 789-814. Out./Dez. 2008.

BANCO MUNDIAL. **Avaliação da eficiência da gestão do investimento público**. Brasília, 2009.

BEZERRA, M. O. Políticos, representação política e recursos públicos. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 181-207, 2001.

BORGES, A. Dinâmica político-eleitoral, burocracia e gasto social estadual. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 58, pp. 91-109, Jan./Abr. 2010.

ISBN: 978-85-7846-440-0

BRÖCKER, J.RIETVELD, P. Infrastructure and regional development. In: CAPELLO, R. ; NIJKAMP, P. **Handbook of regional growth and development theories**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 152-181, 2009.

CARAMANI, D. The End of Silent Elections. The Birth of Electoral Competition, 1832-1915. **Party Politics**, v. 9, n. 4, p. 411-443, 2003.

CONCEIÇÃO, B. Sistema eleitoral e reeleição nas eleições municipais de 2012 para o executivo no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v.6, n.1, 11-25, 2015.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v.61, n.3, pp. 271-300, Jul./Set., 2007.

GOLÇALVES L.G**. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: Um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014**. Dissertação de Mestrado - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças. 2015.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos**. Economia Aplicada**, v. 5, n. 3, p. 600-622, 2001.

PORTO, W. C. **Dicionário do voto**. São Paulo: Imprensa Oficial. 2000.

SAKURAI, S. N. **Ciclos eleitorais, reeleição e déficit fiscal nos municípios brasileiros**: uma análise via dados em painel. Tese de doutorado, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, 2007.

SÁTYRO, N. G. D. **Política e instituições e a dinâmica das políticas sociais nos estados brasileiros**: uma análise após a redemocratização. Tese de Doutorado - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiros (IUPERJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 178 p. 2008.

SCHMITT, R. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In Krause S., Schmitt R. (Org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Fund. Konrad Adenauer. São Paulo: UNESP, 2005.

SOUZA, C. A. S.; CAVALCANTE, M. J. S. Padrões geográficos das Coligações Eleitorais no Brasil: Uma Análise pela perspectiva ideológica dos Partidos Políticos - 2002 e 2006. ***Anais* ...** 36º ANPOCS, Águas de Lindóia-SP, 2012.

TAROUCO, G. da S; MADEIRA, R. M. A dimensão esquerda-direita: um debate sobre os partidos brasileiros. XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2009, Recife. ***Anais*...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

VIEIRA, F. J. A.; ARVATE, P. R.. Eleições municipais: como interagem os prefeitos e as outras esferas de governo para alcançar maior sucesso nas urnas. 2008. In: Encontro Nacional de Economia, 36, Salvador. ***Anais***... Salvador: ANPEC, 2008.